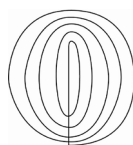


PENSAMENTO SINGULAR

EDIÇÃO DE 2014 do

COMPÊNDIO EM LINHA DE PROBLEMAS DE FILOSOFIA ANALÍTICA

2012-2015 FCT Project PTDC/FIL-FIL/121209/2010



Editado por
João Branquinho e Ricardo Santos

ISBN: 978-989-8553-22-5

Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica
Copyright © 2014 do editor
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade, Campo Grande, 1600-214 Lisboa

Pensamento Singular
Copyright © 2014 do autor
Manuel García-Carpintero

DOI: <https://doi.org/10.51427/cfi.2021.0061>

Todos os direitos reservados

Pensamento Singular

DOI: <https://doi.org/10.51427/cfi.2021.0061>

O debate contemporâneo sobre o pensamento singular tem sido moldado por dois desenvolvimentos nas décadas de 50 e de 60 do século xx. Em primeiro lugar, o sucesso de Quine 1956 em voltar a chamar a atenção da comunidade filosófica para a distinção medieval entre atribuições de pensamento e pensamentos *de dicto* e *de re*. Em segundo lugar, na década subsequente, o descrédito das teorias descritivistas de nomes e outros termos singulares sugeridas por Frege, Russell e seus seguidores, nos trabalhos de Marcus 1961, Donnellan 1966, Kaplan 1989 e de Kripke 1980.

Quine observou que a atribuição (1) pode ser interpretada de duas maneiras diferentes, regimentada com a ajuda da linguagem da Lógica de Primeira Ordem como em (2) e (3). Apenas uma delas, a regimentada por (3) – que envolve “quantificação para dentro” sobre uma posição encaixada na atribuição de um estado representacional – torna o Ralph interessante para o FBI.

- (1) Ralph acredita que existem espões.
- (2) Ralph acredita que $\exists x$ (x é um espão).
- (3) $\exists x$ (Ralph acredita que x é um espão).

Interpretar (1) conforme (2) apenas atribui a Ralph um pensamento geral *de dicto*; vou assumir que uma atribuição *de dicto* é aquela cuja oração encaixada capta fielmente o conteúdo do pensamento atribuído. Neste caso, trata-se de um pensamento existencial que talvez Ralph tenha formado na base de considerações gerais acerca das formas dos estados modernos, através da leitura de romances e livros de histórias, sem ter obtido informação sobre qualquer espão em particular. Interpretar (1) conforme (3) sugere, ao invés, que Ralph tem uma crença *de re* singular sobre um ou outro indivíduo não especificado, que ele(a) é um(a) espão/espia.

Marcus, Donnellan, Kripke e Kaplan argumentaram por sua vez que os termos singulares (incluindo descrições definidas quando usadas “referencialmente”) são dispositivos de *referência directa*: os pensamentos que contribuem para expressar são imediatamente individuados pelos seus referentes, não por um perfil descritivo associado que calha a determiná-los. Para descrever de modo abreviado as considerações destes filósofos, considere-se os pontos merecidamen-

Publicado pela primeira vez em 2014

Traduzido por Pedro Dinis e Ricardo Miguel

te influentes de Kripke. Ainda que a noção descritiva que o nome ‘Kurt Gödel’ evoca à maioria de nós seja a de que ele é *quem quer que demonstrou os teoremas da incompletude*, ‘Gödel demonstrou os teoremas da incompletude’ tem um perfil epistémico e modal diferente do da frase que resulta da substituição de ‘Gödel’ por ‘quem quer que demonstrou os teoremas da incompletude’: ao contrário desta última, intuitivamente, a primeira parece contingente, não necessária, e conhecida *a posteriori*, não *a priori*. Ainda mais convincentemente, podemos fazer perfeito sentido duma tagarelice caluniosa de acordo com a qual Gödel, de facto, não concebeu as demonstrações, mas roubou-as dum esquecido colega da sua juventude, um tal Smith, que ele depois assassinou. Portanto, ‘Gödel’ não determina a sua contribuição para o que está a ser dito na tagarelice através do perfil descritivo *quem quer que demonstrou os teoremas da incompletude*; se assim fosse não acharíamos que a história era escandalosa, mas manifestamente incoerente.

Os dois desenvolvimentos trazem consigo duas alternativas diferentes, ainda que relacionadas, para uma concepção dos pensamentos singulares. Eles são compatíveis com uma explicação natural *prima facie*, na qual um pensamento singular é um pensamento *objecto-dependente* – que depende de um objecto individual para a sua individuação: é acerca de um objecto individual, e nenhum pensamento que não seja acerca desse objecto pode *ser* esse mesmo pensamento. Esta caracterização natural deixa muitas coisas em aberto, coisas que as propostas sugeridas pelas duas alternativas dão alguns passos para resolver. Vou discuti-las por ordem inversa, começando com a que foi sugerida pela alternativa da *referência directa* – como irei denominá-la doravante, distinguindo-a da alternativa da *quantificação para dentro* Quineana.

Uma característica semântica crucial dos pensamentos é a sua *intensão*: uma função que produz os seus valores de verdade relativamente a diferentes *mundos possíveis*, modos como o mundo poderia ter sido. Segundo a forma como Kripke (1980: 21) coloca a questão, nomes (e o mesmo pode ser dito acerca dos outros termos singulares referidos acima) são *rígidos* (*de iure*). Uma expressão designa rigidamente 0 apenas no caso da sua contribuição para os pensamentos expressos com a sua ajuda, quando se avalia verdade deles relativamente a qualquer mundo possível, ser nada mais do que 0. Os comuns

usos “atributivos” de descrições não são assim. Quando avaliamos a frase falsa ‘o primeiro espanhol a vencer a Volta a França nasceu em Cuenca’ em mundos diferentes, vamos considerá-la verdadeira naqueles mundos nos quais F. M. Bahamontes – o actual primeiro espanhol a vencer a Volta a França – nasceu em Cuenca, em vez de ter nascido em Toledo, como foi o caso. Contudo, também podemos considerá-la verdadeira relativamente a mundos nos quais o actual segundo espanhol a vencer a Volta, Ocaña, que efectivamente nasceu em Cuenca, é de facto o primeiro espanhol a vencer a Volta. A pessoa que satisfaz a descrição pode diferir de possibilidade para possibilidade entre aquelas nas quais o pensamento expresso é o caso. Isto não é assim quando, ao invés, avaliamos ‘F. M. Bahamontes nasceu em Cuenca’.

Kripke contrasta a rigidez *de iure* dos nomes com a mera rigidez *de facto* de descrições como ‘o menor número primo’, as quais sucede estarem construídas a partir de um predicado que se aplica à mesma entidade relativamente a qualquer mundo possível. Ele explica que a variedade *de iure* ocorre quando “a referência de um designador é *estipulada* como sendo um objecto único” (Kripke (1980: 21)). Devemos pelo menos estender esta caracterização de modo a cobrir outros casos nos quais estaremos interessados. Ela poderá não ser aplicável a descrições usadas referencialmente, se o facto de uma expressão ser usada referencialmente for *pragmático*, não *semântico*; pois é, no mínimo, estranho caracterizar como “estipulados” os significados gerados, digamos, como as implicaturas conversacionais Griceanas. E certamente que não é aplicável à rigidez dos dispositivos representacionais nos estados mentais.

Vou servir-me da distinção de Fine (2007: 43) entre factos que são *semânticos relativamente ao tópico* e factos que são *semânticos relativamente ao estatuto*, de modo a captar uma categoria mais vasta, da qual tomo a noção de Kripke como sendo uma subclasse específica. Factos que são *semânticos relativamente ao tópico* são apenas aqueles que são enunciáveis em termos *semânticos* (‘verdade’, ‘designação’, etc); na perspectiva de Fine, os factos que são *semânticos relativamente ao estatuto* são, entre aqueles, os “que pertencem à *semântica* de uma dada linguagem”. Proponho generalizar a noção de Fine, permitindo que os “requisitos *semânticos*” (Fine 2007: 50) tenham outras fontes que não a *semântica* de uma dada linguagem natural – fontes como o

que quer que explique os significados pragmáticos, ou o significado dos estados mentais. De maneira a que este alargamento possa ser elaborado filosoficamente de modo adequado, podemos dizer que a rigidez *de iure* dos nomes, e dos outros termos singulares referidos acima – em contraste com a mera rigidez *de facto* – é, então, um facto semântico *relativamente ao estatuto* acerca daquelas expressões. E um pensamento singular, na alternativa sugerida pelas considerações da *referência directa*, é aquele transmitido por um veículo representacional que envolve constituintes rígidos *de iure*.

Esta proposta não caracteriza directamente os pensamentos singulares, mas fá-lo em termos de propriedades normativas dos *veículos* que os transmitem. Voltarei a isto adiante; acredito que este é um elemento crucial numa perspectiva favorável a representações singulares vazias. Uma forma diferente de mediação procede da caracterização *quantificação para dentro*. Aqui, a ideia é que um pensamento singular é aquele atribuível (*correctamente*) por uma atribuição *de re*, i.e., aquela cuja “forma lógica” envolve “quantificação para dentro”, como em (3). (Quine acrescentou um segundo critério semântico para atribuições *de re* que envolvem termos singulares: elas permitem a substituição válida de termos co-referenciais.) Esta forma de caracterizar os pensamentos singulares está intimamente relacionada com a anterior, sob a suposição comum das variáveis serem dispositivos referenciais por estipulação (logo, rígidos *de iure*), cujo perfil semântico se esgota em designarem indivíduos específicos relativos a atribuições de valores; o critério de substituíbilidade de Quine apoia isto porque a substituíbilidade deve ser um princípio válido para expressões que significam os seus referentes.

Não obstante, devemos tratar a mediação na segunda proposta com cuidado; pois, segundo algumas perspectivas, a crença de que *p* pode ser atribuída com verdade a um sujeito sem este ter, efectivamente, uma crença com o conteúdo de que *p*. Contudo, num excelente recente estudo sobre estes assuntos, Hawthorne & Manley (2012: 38) defendem que as atribuições *de re* e os pensamentos singulares estão relacionados pelo seguinte princípio:

Harmonia: Qualquer relato de crença cuja oração complementar contenha ou um termo singular ou uma variável ligada de fora por

um quantificador existencial, para ser verdadeiro, requer que o sujeito tenha um pensamento singular.

Tornou-se norma invocar a metáfora dos *ficheiros mentais* ou *dossiês*, inicialmente introduzida por Grice 1969, para os elementos singulares dos veículos representacionais dos estados mentais; Recanati 2013 oferece uma discussão recente em livro. Se há uma linguagem do pensamento, os ficheiros mentais são os seus termos singulares. Conforme a irei compreender, falar de ficheiros mentais tem, no máximo, os compromissos ontológicos modestos que acompanham a adopção de uma atitude realista para com a Psicologia Popular; pois, como agora sugiro, a Psicologia Popular, argumentavelmente, está comprometida com algo que preenche o papel principal que é suposto os ficheiros mentais desempenharem.

A inferência de que algo é *F* e *G*, a partir das premissas de que *a* é *F* e *a* é *G*, é válida e não-entimemática; a sugestão de que é entimemática – i.e., está implícita uma terceira premissa de identidade a identificar o referente dos sujeitos das outras duas – lançar-nos-ia numa regressão (para discussões recentes cf. Heck (2012: 154-5) e Recanati (2013: 47-50)). A validade do argumento requer que as suas premissas incluam a informação de que os dois termos-sujeito co-referem. Nas linguagens formais como aquela na qual me tenho estado a apoiar na apresentação acima, isto é transmitido pelo uso de espécimes¹ da mesma expressão-tipo. Nas linguagens naturais, a questão é mais complexa; em alguns casos, o procedimento é o mesmo que nas linguagens formais, noutros, é transmitido pelo uso de um pronome numa relação formal (*comando-c*) com a outra expressão; noutros ainda, é uma questão simplesmente pragmática. Seja como for, é manifesto que nas linguagens naturais também existem dispositivos para relacionar veículos de significado com o objectivo semântico apontado (cf. García-Carpintero 2004). No caso dos estados mentais também têm de existir dispositivos semelhantes, pois nós executamos tais inferências válidas no pensamento. Uma tarefa constitutiva dos ficheiros mentais é a de ajudar a realizar inferências válidas de acordo com as relações anafóricas acabadas de descrever, i.e., ajudar a representar objectos como-os-mesmos, no sentido de

¹ ‘Tokens’, no original, relativo ao par type/token. N. dos T.

Fine (2007: 40, 68). Assim, alguém que execute no pensamento a inferência acabada de mencionar, é descrito como incluindo, no mesmo ficheiro, a informação de que o referente do ficheiro é *F* e também que é *G*. Pensar em duas ocasiões com a ajuda do mesmo ficheiro mental é, por estipulação, pensar a partir de uma perspectiva única num indivíduo. Pryor s.d. argumenta de forma convincente que, para cumprir apropriadamente esta tarefa constitutiva, os ficheiros mentais devem ser entendidos como estruturas relacionais, que ele caracteriza com a ajuda da noção matemática de um *gráfico*.

As duas alternativas para os pensamentos singulares sugerem que estes são constitutivamente diferentes de pensamentos descritivos gerais, tanto que não deve haver nenhum elemento descritivo na sua individuação semântica. Na alternativa Quineana, o facto de que Ralph, baseado em considerações gerais, acredita que há espiões e – supondo que há uma maneira de os ordenar linearmente por tamanho – não tem qualquer dúvida que há um mais baixo, por si só apenas parece validar a atribuição (1) na interpretação *de dicto* (2). Na outra alternativa, os argumentos Kripkeanos utilizam casos nos quais é transmitido um pensamento singular sobre *O*, mesmo que não se lhe aplique de facto qualquer concepção descritiva associada ao nome; Kripke delineou um processo causal accionado por uma nomeação (*dubbing*), uma *cadeia de comunicação*, que pode sustentar isto.

Russell distinguiu de um modo famoso duas formas opostas de estar epistemicamente relacionado com objectos: por descrição e por *contacto*. As suas suposições epistemológicas apenas permitiam uma compreensão muito estreita daquela última relação, mas os escritores que o seguiram quanto a pensar que um tal contraste epistémico fundamenta os pensamentos singulares, estenderam tal relação de modo a incluir relações “epistemicamente recompensadoras” (Recanati 2013: 20, 37), que ligam o pensador ao objecto da referência, tais como relações psicológicas causais como a percepção ou a memória, ou mesmo a transmissão de informação baseada em testemunho. Assim, Donnellan (1990: 101, n.) cita a famosa afirmação de Russell no influente capítulo “Conhecimento por Contacto e Conhecimento por Descrição” de *Os Problemas da Filosofia*. Aí, depois de pedir para considerarmos o uso que o próprio Bismarck faz de ‘Bismarck’ para se referir a si mesmo, Russell diz: “Aqui, o nome próprio tem o uso

directo que sempre deseja ter, estando simplesmente em lugar de um objecto, e não de uma descrição do objecto” (Russell (1980: 30).² Donnellan acolhe esta perspectiva Russelliana dizendo, com aprovação: “é esta a marca do nome genuíno; a sua função é simplesmente referir sem qualquer suporte de descrições, sem qualquer conotação Milliana ou sentido Fregeano.” Muitos outros escritores, inclusive Bach, Recanati, Salmon e Soames, defenderam perspectivas semelhantes. Genoveva Martí 1995, 2007 expôs, de modo claro, a ideia de que uma versão forte da teoria da referência directa (à qual, doravante, chamarei ‘Milliana’) exclui quaisquer características descritivas da caracterização semântica dos pensamentos singulares.

No entanto, nenhuma das alternativas exclui de facto uma versão mais fraca da perspectiva da referência directa que Martí distingue da forte (chamar-lhe-ei ‘Fregeana’), na qual pensamentos singulares admitem uma componente de individuação descritiva, de certo modo a representar constitutivamente o que Krippe 1980 designou por um papel de *fixação da referência*. Considere-se em primeiro lugar a alternativa da *quantificação para dentro*. Na explicação de Kaplan 1969 das condições de verdade de atribuições *de re*, a leitura *de re* (3) de (1) é representada mais detalhadamente como em (3’). Aí, ‘R’ está em vez duma relação representacional apropriada entre os constituintes nos estados de crença e os seus valores semânticos, uma relação (talvez envolvendo *contacto* [*acquaintance*]) que suporta atribuições *de re* correctas. A variável grega ‘ α ’ varia sobre veículos de representação singular nos estados mentais, sob a suposição de que as orações encaixadas em atribuições de atitudes caracterizam tais veículos:

(3’) $\exists \alpha \exists x (R(\alpha, x, \text{Ralph}) \wedge \text{Ralph acredita que } \alpha \text{ é um espião})$.

Numa tal perspectiva, as atribuições *de re* descrevem de modo impreciso os pensamentos singulares em termos indefinidos, quantificando existencialmente sobre alguns dos seus veículos representacionais. Isto possibilita que os próprios veículos representacionais envolvam aspectos descritivos. (Uma complicação omitida é que, tipicamente, alguma informação adicional sobre os veículos que testemunham α é dada por atribuições *de re*, como o ser para um sujeito masculino, ser demonstrativo, etc; cf. Schiffer 1992.)

² Tradução de Desidério Murchio, Lisboa: Edições 70, 2008. N. dos T.

Na alternativa da referência directa, Kaplan 1989 postula *regras de carácter* para os indexicais, como a regra para ‘eu’ que associa semanticamente aos seus usos descrições como “o locutor desta ocorrência de ‘eu’”. Ao discutir estas regras logo após a citação acima, Donnellan diz: “Esta regra, contudo, não fornece uma descrição que ‘eu’ substitui, nem um sentido Fregeano. Apenas «fixa o referente», na expressão de Kripke” (Kaplan 1989: 109). As suas observações estão claramente em tensão: segundo a citação anterior, a referência genuína não é, de forma alguma, *suportada* por descrições; a referência nos casos de ‘eu’ é genuína (isto é apoiado pelos nossos dois critérios: é rígida *de iure* e válida atribuições *de re*); a referência nos casos de ‘eu’ é *fixada* por descrição. A não ser que consigamos substanciar a diferença inexplicada entre ‘suportar’ e ‘fixar’, não é claro se temos aqui uma cadeia de raciocínio coerente.

Existem outras duas observações que sugerem que a alternativa da referência directa não apoia só por si a versão forte Milliana (como Martí, *de facto*, reconhece). Em primeiro lugar, a distinção entre usos *deícticos* de indexicais, cuja referência é determinada por meio de demonstrações, e usos *anafóricos*, determinada, ao invés, por meio das suas ligações com o discurso anterior, não parece traçar uma fronteira semântica genuína. Conforme dizem Heim & Kratzer (1998: 240), “os usos anafóricos e *deícticos* parecem ser casos especiais do mesmo fenómeno: o pronome refere um indivíduo que, por qualquer razão, está altamente saliente no momento em que o pronome é processado”. Não devemos esperar qualquer diferença significativa na natureza dos pensamentos expressos através deles. Agora, no caso dos usos anafóricos, o que tipicamente faz sobressair o indivíduo é uma caracterização descritiva disponível do discurso anterior. Jeshion 2004, Sainsbury (2005: 95-6), e Salmon (2002: 517-8) também argumentam a favor dos nomes descritivos (nomes como ‘Jack o Estripador’, ‘Unabomber’ ou o ‘Julius’ de Evans, cuja referência é determinada por uma descrição associada), e os nomes próprios comuns, estarem ambos agrupados numa só categoria semântica ou tipo linguístico.

Uma segunda consideração indirecta de que a alternativa da referência directa não apoia a perspectiva Milliana surge dos usos referenciais de descrições, independentemente do fenómeno ser “apenas pragmático”, não-semântico; pois, uma vez mais, a informação

descritiva parece estar ali envolvida em “fixar o referente”, em vez do seu comportamento rígido. Ora, seguindo Martí 2008, Recanati (2010: 163) argumenta que os usos referenciais são dispositivos de referência genuína porque o material descritivo não desempenha qualquer papel na determinação do referente. Julgo que devemos seguir Sosa 1995 ao negar que o material descritivo é irrelevante: este último, no mínimo, aponta para uma concepção descritiva da qual aquele primeiro depende epistemicamente, o que fixa o referente. Na explicação pressuposicional de fixação da referência que delineio abaixo, estes casos seriam explicados como envolvendo *acomodação*.

Esta é a principal divisão entre os teóricos do pensamento singular, já estabelecida no início destes debates. A mesma diz respeito a se a informação descritiva pode, não obstante, figurar numa explicação completa da sua natureza semântica. Os teóricos Millianos, para defenderem a sua posição, fazem uso de uma extensão da relação de *contacto* (*acquaintance*) não-descritiva de Russell; a referência genuína, na sua perspectiva, é constituída por alguma relação (percepção, memória, testemunho) que liga não-descritivamente sujeito e objecto de referência. Normalmente, os teóricos Fregeanos são *latitudinários* ou *liberais* que rejeitam isto, permitindo pensamentos singulares com suporte descritivo. Hawthorne & Manley 2012 é uma recente defesa em livro da perspectiva liberal, a qual foi defendida por Sosa 1970, 1995 num estágio inicial dos debates. Os liberais concordam que em alguns casos – como o exemplo acima do “espião mais baixo” – uma atribuição de um pensamento singular pode ser ou pragmaticamente enganadora ou manifestamente falsa. Porém, eles oferecem explicações contextualistas que afirmam serem motivadas de forma independente: sucede apenas que uma atribuição *de re* sugeriria ou implicaria, no contexto comum que vier primeiro à mente, que Ralph tem uma caracterização de espião mais interessante do que “o mais baixo”.

Numa linha semelhante, Jeshion 2001, 2004 pôs em questão as restrições do *contacto* (*acquaintance*) sobre o pensamento singular, e desenvolveu uma explicação “sem *contacto*” (*acquaintanceless*) dos pensamentos singulares enquanto perspectiva alternativa (Jeshion 2002, 2010). A sua explicação do pensamento singular é psicológica, rejeitando qualquer requisito epistémico. Para ela, ter pensamentos singulares é uma questão de activar os ficheiros mentais que desem-

penham um papel *significativo* na vida cognitiva do indivíduo. Ao discutir uma sugestão relacionada de Kaplan 1969, Sosa (1970: 889-90) colocou uma objecção convincente:

...tornaria intolerável a vida de um turista. É improvável que a grande maioria das coisas com as quais um turista se depara desempenhem papéis importantes na sua história interior. Logo, segundo esta explicação, ele não conseguiria reparar em nada acerca delas. Mas, presumivelmente, posso ver um pagode como bonito ou como tendo seis andares, mesmo que nunca tenha ouvido falar dele e o vá esquecer em breve, e mesmo que nunca saiba muito sobre ele.

Num outro interessante trabalho favorável à abordagem Fregeana, Dorr 2011 apresentou um elaborado argumento de que o conhecimento *a priori* de proposições *de re* contingentes é um fenómeno comum. Ele baseia-se na contenção de que, em muitos contextos, afirmações como esta são verdadeiras: *é necessário que, quando quer que se acredite que o primeiro espanhol a ganhar a Volta a França nasceu em Cuenca, e alguma pessoa x é a única que é o primeiro espanhol a ganhar a Volta a França, se acredite que x nasceu em Cuenca*. Às ocorrências de descrições em atribuições de atitudes nas quais uma afirmação com a mesma estrutura é verdadeira, ele chama “exportáveis” para a atitude relevante: no nosso exemplo, a crença. Na caracterização de conteúdos singulares decorrentes da alternativa da *quantificação para dentro*, tais atribuições são, por conseguinte, *de re*, e as atitudes atribuídas têm conteúdos singulares.

Eu próprio, em trabalho anterior, defendi uma versão da perspectiva liberal Fregeana sobre pensamentos singulares (para desenvolvimentos linguísticos de ideias semelhantes cf. García-Carpintero 2000, 2006 e Maier 2009 e Hunter 2012). Vou concluir com a apresentação de um resumo dessa perspectiva. O modelo para o tipo de visão da referência que defendo é dado pelos usos *referenciais* de descrições definidas, mencionados anteriormente, tal como quando um falante profere ‘o gato mais novo é preto’, no contexto de uma narrativa, ou num enquadramento perceptivo, com a intenção de chamar assim a atenção para um gato particular, para fins comunicativos. Nestes casos, de modo a referir, o falante apoia-se tipicamente numa forma de identificar o referente dada pela expressão referencial, partilhada com a audiência: é suposto que a referência seja um gato, mais novo que os restantes no cenário ou na situação sobre os quais versa

a narrativa. Com o exemplo também se pretende ilustrar como, normalmente, interpretar de modo apropriado a competência linguística do falante não é suficiente; esta tem de ser complementada com inferências contextuais.

Agora, no caso anterior a audiência pode bem responder: “realmente aquilo é preto, mas na verdade não é um gato, é uma pantera pequena”, ou até “realmente aquilo é preto, mas na verdade não é um gato ou qualquer outro animal, é apenas uma sombra” (para exemplos semelhantes, veja-se Sainsbury (2005: caps. 4 e 7)). Nas respostas previstas, o pronome ‘aquilo’ é uma expressão referencial anafórica, cujo referente é suposto ser determinado a partir do referente para a expressão referencial usada pelo primeiro falante, ‘o gato mais novo’. Contudo, para dar sentido ao desacordo expresso pelo segundo falante, devemos abandonar a suposição de que o referente é determinado pela informação dada pela descrição, de que o referente é, de algum modo, um gato mais novo contextualmente saliente. Isto está, é claro, de acordo com o que as considerações Kripkeanas resumiram no argumento antidescritivista acima. Isto é também o tipo de exemplo que Recanati 2010 tem em vista ao defender que não é necessário que o material descritivo numa descrição usada referencialmente ajude a fixar o referente. Como é, então, determinado o referente? Segundo os Millianos, não são precisas concepções partilhadas de identificação do referente, e mesmo quando estão presentes, elas não determinam o referente. Ao invés, o referente é determinado por relações explicativo-causais (não-conceitualizadas) que levam ao uso da expressão referencial. No nosso exemplo, existe algo que levou o falante a usar a expressão ‘o gato mais novo’; é isto que ele refere, independentemente de satisfazer ou não a informação de identificação que ele fornece linguisticamente.

Ainda assim, não existe uma explicação Milliana convincente dos factos que motivam a perspectiva descritivista, o carácter perspectivista da referência, e a possibilidade de referência sem referentes. Estas continuam a ser as principais considerações para uma perspectiva descritivista, mesmo que, não obstante, deva incorporar o que está correcto no quadro antidescritivista. Concentro-me primeiro nos indexicais enquanto modelo para a forma correcta de descritivismo. Para compreendermos como funcionam os indexicais, temos de distinguir tipos e espécimes. *As Últimas Sete Palavras de Cristo na Cruz*,

de Haydn, é uma coisa (um tipo), e cada performance concreta dela é outra (um espécime). Aplica-se a mesma distinção a palavras. Existe o tipo ‘ontem’ e também existe cada espécime concreto dele que nós produzimos em elocuições específicas. Tal como outras expressões linguísticas, os indexicais como ‘ontem’ têm significado linguístico de acordo com convenções gerais associadas aos seus tipos. Contudo, tais convenções só especificam um referente para cada espécime concreto do tipo, em conjunto com a informação contextual, o qual pode diferir de espécime para espécime. Por exemplo, no caso de ‘ontem’ existe uma regra convencional como esta:

(O) Qualquer espécime **ontem** do tipo Português ‘ontem’, refere o dia anterior ao qual aquele espécime **ontem** foi produzido.

Dado qualquer espécime particular **ontem** que ocorra numa das nossas elocuições, esta regra associa aquele espécime a uma descrição, *o dia anterior ao qual aquele espécime **ontem** foi produzido*. Para o caso dos indexicais, isto continua a ser uma visão Frege-Russell da referência. Isto é inesperado ao supor-se o que normalmente se chama (segundo o filósofo alemão Hans Reichenbach) uma descrição *espécime-reflexiva*. Sem reflectir sobre estas questões, provavelmente nenhum de nós iria aparecer com a ideia de que uma expressão é sinónima duma descrição daquele tipo. Todavia, isto não significa que a sugestão seja incompatível com as nossas intuições linguísticas assim que reflectimos sobre o assunto. Charles Peirce introduziu o termo ‘indexical’ para expressões como ‘ontem’, defendendo que elas têm significado em parte em virtude das suas propriedades “existenciais”; propriedades como o espaço ou tempo que ocupam, ou quem as causou. E isto parece intuitivamente plausível. (Sinais de trânsito também são indexicais neste sentido.) Esta sugestão é análoga a considerar indexicais como sinónimos de descrições espécime-reflexivas.

A versão de descritivismo que recomendo para nomes próprios também os associa a descrições espécime-reflexivas, descrições em termos de propriedades “existenciais” dos espécimes concretos dos nomes próprios que usamos. Esta propriedade “existencial” possui uma *convenção de nomear* particular, na qual nós, enquanto falantes, contextualmente nos baseamos quando usamos nomes próprios. As convenções de nomear são uma parte específica das nossas práticas linguísticas; Sainsbury (2005: cap. 3) oferece uma descrição detalha-

da de práticas de nomear, embora no contexto de um enquadramento antidescritivista diferente. Damos-lhes início de muitas formas distintas, uma típica sendo um “baptismo” no qual atribuímos o nome a um objecto. Também as preservamos de muitas formas diferentes, uma muito típica consistindo em “rotular”, por meio de um espécime particular, o objecto designado por espécimes do nome (isto aplica-se a nomes para ruas, quartos de hotel, *playhouses*, acidentes geográficos, animais sujeitos a investigação biológica, e por aí em diante). O tipo linguístico com o qual uma convenção de nomear está associada pode ser aproximadamente identificado, pois a mesma prática de nomear pode servir de base em elocuições pertencentes a línguas diferentes, com fonologias e ortografias diferentes. Por outro lado, acontece a toda a hora dois espécimes do mesmo tipo linguístico se basearem em convenções de nomear diferentes, completamente independentes. Podem surgir, a respeito do mesmo indivíduo (‘George Orwell’/‘Eric Blair’), duas práticas de nomear diferentes. Até podem envolver o mesmo nome-tipo. A ideia é então que, em virtude das regras linguísticas associadas com os nomes próprios em geral, as quais têm de ser aplicadas juntamente com informação contextualmente inferida, cada espécime **N** de um nome próprio está associada linguisticamente com a seguinte descrição: *o objecto determinado pela convenção de nomear na qual N se baseia*.

Isto é apenas parte daquilo que precisamos para mostrar que alguma versão da perspectiva Frege-Russell é imune às críticas de Kripke que mencionei anteriormente. Para além disto, também precisamos de invocar o facto de que, tipicamente, dividimos o conteúdo transmitido numa elocução numa parte “já possuído” e numa parte “novo”. Isto é ilustrado pelo contraste entre ‘É o Paolo que tem um Ferrari’ vs. ‘O Paolo tem um Ferrari’. A primeira frase acaba por dar exactamente a mesma informação que pode ser dada ao afirmar a última frase, mas ela só pode ser proferida de modo adequado num contexto no qual é tomado como certo, assumido ou pressuposto, que alguém tem um Ferrari (cf. o artigo PRESSUPOSIÇÃO neste *Compêndio*). Esta adequação pode ser expressa em termos da ideia de que a elocução de algumas expressões ou construções invoca uma norma que requer conhecimento partilhado do conteúdo “já possuído”. Se a norma fracassar, isto pode “estragar” o empreendimento que constitui o acto de fala principal (para usar uma expressão de um dos primeiros filó-

sofos a apontar a existência de conteúdos meramente pressupostos, Peter Strawson). No entanto, por vezes podemos “acomodar” a pressuposição fracassada do falante; podemos até usar isto para obtermos efeitos pragmáticos, como neste diálogo: A: “Aquela mulher é muito atraente” – B: “Sim, o parceiro dela concorda contigo”.

Quando usamos uma expressão definida como as que estamos a considerar aqui – nomes próprios, indexicais, descrições definidas – tomamos como garantido que o referente já é “familiar”, que já tinha sido introduzido de modo independente, ou que estamos na posse de recursos para o identificar de modo independente. No exemplo, o segundo falante, B, não pode, obviamente, pressupor isto de forma correcta; não é pressuposto que o primeiro falante, A, já está familiarizado com o parceiro da mulher para a qual está a apontar, ou mesmo com o facto dela ter um parceiro. Mas, justificadamente, B espera que neste caso A aja como se estas pressuposições da sua elocução estivessem satisfeitas, o que exige que A aceite que a mulher tem um marido; isto é apenas uma forma pragmática de comunicar este conteúdo. Pondo isto em termos gerais, acomodar uma pressuposição fracassada é aceitar temporariamente o conteúdo pressuposto. (Cf. García-Carpintero 2013 para uma discussão mais detalhada deste fenómeno.)

Na versão da perspectiva Fregeana que eu defendo, as expressões referenciais activam (normalmente, em contexto) pressuposições. O conteúdo pressuposto especifica descritivamente quem é ou o que é o referente. Por exemplo, no caso acima, pressupõe-se que o referente é um gato contextualmente mais novo. A minha perspectiva é que os dados nos quais os Millianos baseiam a sua crítica podem ser tratados como casos de acomodação. No contexto descrito acima, a elocução “realmente aquilo é preto, mas na verdade não é um gato, é uma pantera pequena” pressupõe, efectivamente, que o referente de ‘aquilo’ é um gato. No entanto, pretende-se que a audiência compreenda de modo pragmático que, uma vez que a sua afirmação contradiz isto explicitamente, o próprio falante não pode estar de facto a pressupor isto; ele devia estar a pressupor algo diferente, algo que é de esperar que acomodemos. Uma sugestão natural é que, em vez disso, ele está a pressupor que o referente é a entidade que *parecia* um gato a A, ou algo com o mesmo efeito (cf. Sosa 1995). Se este for o mecanismo em funcionamento nestes casos, a existência dos mesmos

não contradiz a perspectiva Fregeana (melhorada) mas, pelo contrário, apoia-a; pois o mecanismo de acomodação assenta precisamente em expectativas baseadas no conhecimento tácito que os falantes têm das suposições descritivas.

Manuel García-Carpintero
Departament de Lògica, Història i Filosofia de la Ciència
Universitat de Barcelona

Referências

- Donnellan, Keith. 1966. Reference and Definite Descriptions. *Philosophical Review* 75:281-304.
- Donnellan, Keith. 1990. Genuine Names and Knowledge by Acquaintance. *Dialectica* 44:99-112.
- Dorr, Cian. 2011. *De Re A Priori Knowledge*. *Mind* 120:939-991.
- Evans, Gareth. 1982. *The Varieties of Reference*. Oxford: Clarendon Press.
- Fine, Kit. 2007. *Semantic Relationalism*. Oxford: Blackwell.
- García-Carpintero, Manuel. 2000. A Presuppositional Account of Reference-Fixing. *Journal of Philosophy* xcvii (3):109-147.
- García-Carpintero, Manuel. 2006. Two-dimensionalism: a Neo-Fregean Interpretation. In *Two-Dimensional Semantics*, ed. by M. García-Carpintero and J. Macià. Oxford: Oxford University Press.
- García-Carpintero, Manuel. 2013. Insinuating Information and Accommodating Presupposition. In *Brevity*, ed. by L. Goldstein. Oxford: Oxford University Press.
- Grice, H. P. 1969. Vacuous Names. In *Words and Objections*, ed. by D. Davidson and J. Hintikka. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company.
- Hawthorne, John & Manley, David. 2012 *The Reference Book*. Oxford: Oxford University Press.
- Heck, Richard G. Jr. 2012. Solving Frege's Puzzle. *Journal of Philosophy* 109:132-174.
- Heim, I. & Kratzer, A. 1998. *Semantics in Generative Grammar*, Oxford: Blackwell.
- Hunter, Julie. 2012. Presuppositional Indexicals. *Journal of Semantics*, doi: 10.1093/jos/ffs013.
- Jeshion, Robin. 2001. Donnellan on Neptune. *Philosophy and Phenomenological Research* 63:111-135.
- Jeshion, Robin. 2002. Acquaintanceless *De Re* Belief. In *Meaning and Truth: Investigations in Philosophical Semantics*, ed. by Joseph Keim Campbell, David Shier, and Michael O'Rourke. New York: Seven Bridges.
- Jeshion, Robin. 2004. Descriptive Descriptive Names. In *Descriptions and Beyond*, ed. by M. Reimer & A. Bezuidenhout. Oxford: Oxford University Press.
- Jeshion, Robin. 2010. Singular Thought: Acquaintance, Semantic Instrumentalism and Cognitivism. In *New Essays on Singular Thought*, ed. by R. Jeshion. Oxford: Oxford University Press.
- Kaplan, David. 1969. Quantifying In. In *Words and Objections*, ed. by D. Davidson and J. Hintikka. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company.
- Kaplan, David. 1989. Demonstratives. In *Themes from Kaplan*, ed. by J. Almog, J. Perry and H. Wettstein. Oxford: Oxford University Press.
- Kripke, Saul. 1980. *Naming and Necessity*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.

- Maier, Emar. 2009. Proper names and indexicals trigger rigid presuppositions. *Journal of Semantics* 23:253-315.
- Marcus, Ruth Barcan. 1961. Modalities and Intensional Languages. *Synthese* 13:303-322.
- Martí, Genoveva. 1995. The Essence of Genuine Reference. *Journal of Philosophical Logic* 24:275-289.
- Martí, Genoveva. 2007. Weak and Strong Directness: Reference and Thought. *Philosophy and Phenomenological Research* 74:730-737.
- Martí, Genoveva. 2008. Direct Reference and Definite Descriptions. *Dialectica* 62:43-57.
- Pryor, James. s.d. Acquaintance, Mental Files and Mental Graphs. Manuscrito não publicado, versão preliminar de 3/20/2013, em <http://www.jimpryor.net/research/index.html> - Graphs.
- Quine, W.V.O. 1956. Quantifiers and Propositional Attitudes. *Journal of Philosophy* LIII:177-187.
- Recanati, François. 2010. Singular Thought: In Defense of Acquaintance. In *New Essays on Singular Thought*, ed. by R. Jeshion. Oxford: Oxford University Press.
- Recanati, François. 2013. *Mental Files*. Oxford: Oxford University Press.
- Russell, Bertrand. 1980. *The Problems of Philosophy*. Oxford: Oxford University Press (originalmente publicado em 1912).
- Salmon, Nathan. (2002). Demonstrating and Necessity. *Philosophical Review* 111:497-538.
- Sainsbury, Mark. 2005. *Reference without Referents*. Oxford: Clarendon Press.
- Schiffer, Stephen. 1992. Belief Ascription. *Journal of Philosophy* LXXXIX: 499-521.
- Sosa, Ernest. 1970. Propositional Attitudes De Dicto and De Re. *The Journal of Philosophy* Vol. 67, No. 21:883-896.
- Sosa, Ernest. 1995. Fregean Reference Defended. In *Content. Philosophical Issues*, Vol. 6, ed. by Enrique Villanueva. Atascadero, California: Ridgeview Publishing Company.